



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO 1º GOVERNO F.H.CARDOSO E SUAS RELAÇÕES COM PROJETOS E RECOMENDAÇÕES DE ENTIDADES MULTILATERAIS (BANCO MUNDIAL, CEPAL-OREALC, ETC.)

Maitá de Paula e Silva (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Reginaldo C. C. de Moraes (Orientador), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, UNICAMP

Agências multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, se fortaleceram como 'policy makers' nas décadas de 50 e 60, fomentando o desenvolvimento de países emergentes na América Latina e na Ásia através de empréstimos. Com as crises do petróleo e do super-endividamento externo, estas agências passaram a exercer grande influência e poder de 'disciplinação' sobre as economias endividadas através de 'condicionalidades' embutidas nos acordos de renegociação das dívidas, financiamento de projetos, etc. Tais condicionalidades se resumem nas diretrizes do Consenso de Washington: reforma do Estado, privatização, desregulamentação e liberalização da economia. Este trabalho analisa as relações entre estas recomendações e a política de ensino superior efetivamente praticada pelo 1º governo F.H. Cardoso, procurando descobrir se: a. há uma política deste governo para o ensino superior; b. se a política adotada é, ou não, um pré-requisito para o recebimento de empréstimos e/ou financiamentos. A 1ª fase do trabalho analisou documentos do BM concluindo que, para o Banco, o financiamento público nesta área é não só ineficiente como injusto levando-o a recomendar a liberação dos recursos públicos nessa área e a sua aplicação no ensino fundamental. A 2ª fase analisará documentos oficiais sobre o tema.

Ensino Superior - Governo - Agências Multilaterais